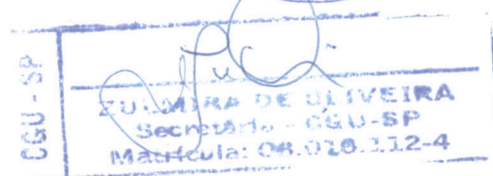


Plano de Atividade de Auditoria Interna (PAAINT)

Exercício 2008

AUDIN – Auditoria Interna



Índice

1. A Região do ABC	3
2. Da Instituição UFABC	8
2.1. Princípios Ordenadores e Identidade Institucional	10
3. Recursos Humanos	13
4. A Auditoria Interna.....	13
5. A Equipe de Auditoria.....	15
5.1. Orçamento da Unidade de Auditoria Interna.....	16
5.2. Período de Exame.....	16
6. Fatores Considerados na Elaboração do PAAINT	17
7. Considerações Finais	17
8. Conclusão	18

1. A Região do ABC

O início da história dos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, estão relacionados em um primeiro momento à formação da Vila de Santo André da Borda do Campo, fundada por João Ramalho em 1554 que mais tarde foi abandonada e acabou destruída em 1560, tendo seu nome transferido para Vila de São Paulo de Piratininga.

Portanto, a denominação Santo André, originada da antiga e desaparecida Vila, foi retomada apenas em 1910, com a criação do Distrito de Santo André, instalado em 18 de abril de 1911, no então denominado Bairro da Estação, hoje conhecido como o Centro de Santo André

No século 19, com o avanço do Plantio de Café, a ferrovia, novidade tecnológica daquela época, apresentava-se como a melhor alternativa para transporte de grandes cargas e a linha inaugurada em 1867 - ligando Santos à Jundiaí -, mudou consideravelmente o perfil da região iniciando um segundo momento da história da cidade.

A atual estação ferroviária de Santo André teve muita influência para a formação do núcleo urbano, porque além de modernizar o meio de transporte, propiciou a vinda e instalação de várias indústrias que dispunham de vantagens como a disponibilidade de áreas planas e próximas ao Rio Tamanduateí, incentivos fiscais municipais e mão-de-obra barata e abundante.

O perfil industrial da cidade na década de 40 era basicamente formado por tecelagens e fábricas de móveis, mas foi se alterando com a instalação de indústrias automobilísticas e de autopeças a partir da década de 50.

De 1939 a 1944, toda a região do ABC se chamava Santo André. Em 1944, após muitas movimentações, ocorre a emancipação político administrativa de São Bernardo, tornando-se Distrito. O designativo "do Campo", aplicado ao Distrito de São Bernardo do Campo, surge com a instalação do atual município em 1º de Janeiro de 1945.

O perfil econômico do município de São Bernardo do Campo sofreu alterações com a inauguração da Via Anchieta, em 1947, fazendo uma nova e mais rápida ligação rodoviária entre o planalto e a baixada santista, e a partir da década de 50, muitas indústrias começaram a se instalar nas vastas áreas livres junto à auto-estrada e tendo nas montadoras automobilísticas um pólo multiplicador, a industrialização se intensifica de forma diversificada, provocando grandes transformações no perfil da cidade, com reflexos em toda a região.

Em 1949 surge no município a Cia. Cinematográfica Vera Cruz, de grande importância para o cinema nacional.

Em 1916, pela Lei Estadual no. 1512, de 4 de Dezembro, foi criado o Distrito de Paz de São Caetano, que coincidiu com a fixação das primeiras indústrias. Em 1924, o arcebispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, dava ao núcleo a sua primeira paróquia e seu primeiro vigário. A vila transformava-se em cidade. A indústria Pamplona foi a primeira fábrica instalada, vindo a seguir a fábrica de Formicida Paulista, de Serafim Constantino. A primeira sociedade de caráter social e filantrópico foi a *Sociedade Beneficente Príncipe di Napoli*, em 1891; a segunda, a *União Operária Internacional de São Caetano*.

A primeira manifestação de autonomia para Distrito de São Caetano aconteceu em 1928, com a liderança do engenheiro Armando Arruda Pereira. O movimento, contudo, foi malsucedido. Na década de 40, o sonho de emancipação voltou a empolgar os caetanenses. Em 1947, o movimento liderado pelo Jornal de São Caetano colheu 5.197 assinaturas em documento que solicitava à Assembléia Legislativa do Estado a realização de um plebiscito. A consulta popular foi realizada em 24 de outubro de 1948. A autonomia saiu vitoriosa. Esta emancipação deu origem ao C da região conhecida como ABC. Em 30 de dezembro de 1953, foi criada a Comarca, instalada no dia 3 de abril de 1955.¹

À seguir, alguns indicadores regionais.

¹ Texto publicado na página:

<http://www.imes.edu.br/index.php?endurl=http://www.imes.edu.br/comu/serv/inpes/socioeconomica.php>

Quadro 2 - INDICADORES DE HÁBITOS

DISCRIMINAÇÃO	SET. 1999	SET. 2000	SET. 2001	SET. 2002	SET. 2003	SET. 2004	SET. 2005
Distribuição percentual dos entrevistados segundo o hábito de leitura de jornais -							
Nunca lê (*)	44,3	46,2	42,5	48,0	47,6	47,0	51,0
Só notícias especiais/manchetes	15,1	15,0	11,4	14,4	16,8	12,0	12,8
Lê uma ou duas vezes no mês	n.d.	n.d.	3,5	3,2	3,3	4,9	14,4
Lê uma ou duas vezes na semana	20,3	21,4	22,5	16,1	14,0	17,8	17,2
Lê diariamente/+ que 2 vezes por semana	20,3	17,4	20,1	18,3	18,3	18,3	4,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Base: Total de entrevistados n.d.: não disponível							
Distribuição percentual dos entrevistados segundo o hábito de leitura de revistas							
Nunca lê (*)	58,6	54,7	49,0	52,3	55,5	54,7	62,3
Só notícias especiais/manchetes	8,7	10,9	5,5	7,2	5,3	6,6	6,0
Lê uma ou duas vezes no mês	n.d.	n.d.	11,1	12,3	11,5	14,7	14,9
Lê uma ou duas vezes na semana	23,7	23,4	24,4	19,3	19,2	16,9	8,0
Lê diariamente/+ que 2 vezes por semana	9,0	11,0	10,0	8,9	8,5	7,1	8,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Base: Total de entrevistados n.d.: não disponível							
Distribuição percentual dos entrevistados segundo o hábito de leitura de livros							
Não	73,3	75,0	69,1	73,7	69,3	68,5	63,0(1)
Sim	26,7	25,0	30,9	26,3	30,7	31,5	37,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Base: Total de entrevistados							
(*) Nunca lê inclui: Não lê porque não sabe ler, não lê porque não tem o hábito e não lê por impossibilidade física (1) o entrevistado desconsiderou somente os livros escolares. Parte da amostra informou que lê livros espíritas e religiosos, inclusive bíblia e evangelho.							

QUADRO 03 - INDICADORES DE CLASSIFICAÇÃO SÓCIOECONÔMICA

Distribuição percentual das famílias entrevistadas segundo o critério BRASIL por classe de consumo

ESTRATOS	SET. 1999	SET. 2000	SET. 2001	SET. 2002	SET. 2003	SET. 2004	SET. 2005
CLASSE A1	1,2	2,0	1,9	0,8	1,5	0,6	1,6
CLASSE A2	8,1	9,9	7,6	8,6	8,9	8,0	9,2
CLASSE B1	14,4	16,4	16,9	19,0	16,0	16,4	18,3
CLASSE B2	24,5	23,6	25,6	22,8	26,3	26,8	24,8
CLASSE C	39,9	37,2	35,8	35,9	33,7	35,3	35,5
CLASSE D	11,7	10,9	11,9	12,8	13,0	12,9	10,3
CLASSE E	0,2	0,0	0,3	0,1	0,6	0,0	0,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Base: Total de famílias integradas à amostra n.d.: não disponível							

QUADRO 04 - OPINIÃO SOBRE A RENDA FAMILIAR ENQUANTO COBERTURA DAS DESPESAS MENSAIS DO DOMICÍLIO

DISCRIMINAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	SET. 1999	SET. 2000	SET. 2001	SET. 2002	SET. 2003	SET. 2004	SET. 2005
RENDA FAMILIAR COMO COBERTURA DAS DESPESAS (PERCENTUAL)	SEMPRE É SUFICIENTE	28,5	25,6	29,9	28,5	23,0	25,5	31,7
	É SUFICIENTE NA MAIORIA DAS VEZES	30,0	31,2	28,2	33,4	28,9	28,9	26,8
	NÃO É SUFICIENTE NA MAIORIA DAS VEZES	22,8	25,7	25,8	24,4	29,6	31,3	26,6
	NUNCA É SUFICIENTE	18,7	17,5	16,1	13,7	18,5	14,3	14,7
	NÃO INFORMADO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
	TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Base: Total de entrevistados								

Para cada levantamento são selecionados em torno de 600 domicílios com pequenas variações de um levantamento para outro, de acordo com a técnica de amostragem probabilística por conglomerados, em 4 estágios sucessivos, a saber:

- a) Unidades primárias - municípios (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul);
- b) Unidades secundárias - bairros, sorteio de 400 quadras da região - amostragem sistemática;
- c) Unidades terciárias - domicílios e
- d) Unidades quaternárias - entrevistados (idade mínima: 18 anos)²

²Fonte:

2. Da Instituição UFABC

Inaugurada no início do Século XXI, a UFABC nasce com forte potencial para a inovação e a diversificação, sem os vícios e as mazelas das máquinas burocráticas e assim propõe uma estrutura que permite flexibilidade acadêmica e curricular com altos padrões de qualidade.

De acordo com o Plano Nacional de Educação – PNE, o programa de ampliação do ensino superior tem como meta o atendimento a pelo menos 30% de jovens da faixa etária de 18 a 24 anos até o final desta década. A implantação da Universidade Federal do ABC insere-se nesse programa estabelecido pelo Ministério da Educação que prevê a expansão e ampliação da oferta de cursos superiores em instituições públicas.

Os cursos de graduação, de pós-graduação e extensão a serem ofertados deverão, estrategicamente, buscar o equilíbrio e a organização curricular interdisciplinar das áreas do saber no sentido de promover a educação integral e se constituir num pólo de referência acadêmica comprometida com o avanço do conhecimento, do desenvolvimento social e com a solução de problemas nacionais.

Durante os últimos vinte anos em que muitos processos e eventos políticos, sociais, econômicos e culturais marcaram a história da educação no Brasil, a comunidade da região do ABC, amplamente representada por seus vários segmentos, esteve atuante na luta pela criação de uma Universidade pública e gratuita nesta região.

Em 07 de julho de 2004 foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 3962/2004 que previa a criação da Universidade Federal do ABC. Em 26 de julho de 2005 o projeto de lei foi aprovado no Congresso Nacional.

No contexto da macro-política educacional, a região do ABC é uma das que apresenta maior demanda por ensino público. A demanda potencial para suprir o atendimento do crescimento da população de jovens já é crítica considerando que a região possui mais de 2,5 milhões de habitantes e uma oferta de vagas de 45.000 distribuídas em 30 Instituições de Ensino Superior sendo a grande maioria privada. A

UFABC Universidade Federal do ABC

região do ABC tem aproximadamente 77 mil estudantes matriculados no ensino superior, onde, aproximadamente 65% estão em instituições privadas, 20% em instituições municipais e 15% na rede comunitária filantrópica.

Com a exceção de uma porcentagem ínfima de Instituições que promovem atividades de investigação, todas as demais focalizam suas atividades somente no ensino. No setor de Tecnologia e Engenharia poucas investem em pesquisa aplicada.

O projeto acadêmico, propõe uma matriz interdisciplinar que considera a revolução no progresso da ciência originada pela intercessão de várias áreas do conhecimento científico e tecnológico. A Universidade Federal do ABC contribuirá não apenas para o benefício da região, mas também para o país como um todo. A Universidade Federal do ABC não é forjada em nenhuma matriz preparada de antemão, mas define sua identidade a partir da reflexão própria de seus professores e alunos, livres de preconceitos e padrões que freqüentemente impedem a busca de novos caminhos.

A Universidade conta atualmente com três *campi*, sendo todos na cidade de Santo André, ficando a Reitoria e a Administração na Rua Catequese, 242, bairro Jardim, o segundo campus na Av. Atlântica, 420, bairro Valparaíso, onde ocorrem as aulas e o futuro campus, em construção, na Rua Santa Adélia, 166, bairro Bangu.

Para levar a efeito o projeto de pesquisa e ensino da UFABC, procurando evitar uma separação muito grande entre áreas de conhecimento que inevitavelmente levam a construção de setores estanques, a UFABC não adotou um modelo de divisão departamental. A eliminação de departamentos é um avanço que permite uma interlocução permanente entre os docentes e discentes trabalhando numa forma interdisciplinar.

A organização acadêmico-administrativa da UFABC é composta por três centros que de certa forma retratam as ações de *descobrir*, *sistematizar* e *inventar* que compõe, numa visão geral, o conjunto de atividades presentes na vida universitária. Essas atividades estão presentes nas diversas vocações universitárias, mas

em doses um pouco diferentes. Assim é própria aos cientistas dedicados a ciências naturais a atração pela descoberta, aos cientistas dedicados à matemática e computação o gosto pelo rigor lógico, e aos engenheiros a tarefa de inventar e inovar.

Sendo assim organizou-se a UFABC em três grandes centros, quais sejam:

- **Centro de Ciências Naturais e Humanas**
- **Centro de Matemática, Computação e Cognição**
- **Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas**

2.1. Princípios Ordenadores e Identidade Institucional

O projeto de instalação de uma instituição universitária de caráter público e gratuito não pode prescindir da formulação e explicitação de sua missão institucional, seus ideais e valores culturais que constituirão sua identidade institucional. A formulação da identidade institucional é a pedra fundamental da Universidade que sustenta o rumo das suas atividades acadêmicas desde sua fundação. As organizações contemporâneas, inclusive as universidades, devem considerar que a sociedade está em constante transformação. Portanto a definição da identidade institucional deve incorporar os princípios mais permanentes da Universidade que regerão a sua relação com a sociedade civil. É necessário formular um sistema bem articulado e equilibrado de relações entre as demandas e as possibilidades, a missão e os objetivos institucionais delineando as características fundamentais que deverão prevalecer em todas as etapas da implantação e, posteriormente, ao longo da trajetória da instituição universitária.

Nesta perspectiva, a identidade institucional da Universidade se constituirá pela observância dos seguintes aspectos:

- A UFABC se compromete à formação de pessoal de nível superior científica e tecnicamente competentes e qualificados para o exercício profissional, consciente dos compromissos éticos e da necessidade de superação das desigualdades sociais e da preservação do meio ambiente.

UFABC

Universidade Federal do ABC

- A UFABC assume compromissos inalienáveis com o progresso do conhecimento racional, e a busca da verdade através do método científico, respeitando os princípios éticos subjacentes a toda investigação científica e tecnológica e colocando-os disponíveis à sociedade.
- A UFABC está firmemente comprometida com a solução dos problemas sociais e para o desenvolvimento sócio-econômico e industrial do país dentro de sua competência e disponibilidade.
- A UFABC obedece aos princípios da indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- A UFABC obedece aos princípios do ensino público e gratuito, sem discriminação de raça, religião, ou de qualquer outra natureza.
- A UFABC envolve áreas de atuação multi e interdisciplinares, com a perspectiva de atuação integrada em diversas áreas de conhecimento com enfoque no desenvolvimento sustentável.
- À alta qualificação dos integrantes da UFABC, particularmente os docentes, necessária para que a Universidade alcance seus objetivos acadêmicos, deve ser agregado o compromisso com a identidade institucional da mesma. A sinergia entre os cursos e programas de pesquisa e extensão será um vetor de promoção da interdisciplinaridade e do desenvolvimento do conhecimento.
- O caráter universal da UFABC é a base para promover o intercâmbio de conhecimento através de constante interação do corpo docente com professores e cientistas no Brasil e no exterior, além do intercâmbio de estudantes com outras universidades brasileiras e do exterior.
- A UFABC é uma Instituição que privilegia a educação integral, que articula a formação humanística ao avanço do conhecimento racional através da pesquisa científica e tecnológica.
- Diante das novas características interdisciplinares do desenvolvimento científico, do avanço vertiginoso do conhecimento e de suas aplicações junto à necessidade da formação integral dos seus estudantes e de seus professores, a UFABC admite na sua estrutura acadêmica os setores de Humanidades e

UFABC

Universidade Federal do ABC

Ciências Sociais que melhor atendem às aspirações pela plenitude de formação integral dos seus alunos e os objetivos de sua constituição acadêmica.

- A UFABC também privilegia a difusão do conhecimento para o público em geral e a promoção da educação continuada como contribuições importantes para a sociedade.

3. Recursos Humanos

Força de trabalho	2007
Técnico- Administrativo	92
Docentes – permanente	113
<u>Total da força de trabalho</u>	<u>205</u>

4. A Auditoria Interna

O Decreto 3.591 de 06 de setembro de 2000 dispôs sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e tem por objetivo a avaliação da ação governamental e da gestão dos administradores públicos federais, demonstrando a necessidade das instituições federais criarem seus órgãos de Controle Interno.

Como finalidades precípuas, o sistema de Controle Interno deve avaliar o cumprimento das metas constantes no Plano Plurianual, assim como a execução dos programas de governo e orçamentos, e ainda, efetuar a comprovação da legalidade e realizar a avaliação dos resultados relativos à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como controlar operações de crédito, avais e garantias e ainda, apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Desta maneira, através da avaliação do cumprimento do Plano Plurianual, comprova-se a conformidade de sua execução, assim como, avaliando a execução dos programas e orçamentos, comprova-se o nível de execução daquelas metas, o alcance dos objetivos, a adequação gerencial, e também a conformidade da execução com os limites e destinos anteriormente estabelecidos.

Também através do Controle Interno, avalia-se a gestão dos administradores com o objetivo de comprovar a legalidade, a legitimidade dos atos, e ainda os resultados obtidos pela economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de recursos humanos e demais sistemas.

Quanto à adequação e consistência dos controles internos, serão aferidos pelo controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da Instituição.

O Controle Interno se utiliza para alcançar seus objetivos da auditoria e da fiscalização, conforme preceitua o art. 4º do Decreto 3.591/00, e seus parágrafos:

“Art. 4º - O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal utiliza como técnicas de trabalho, para a consecução de suas finalidades, a auditoria e a fiscalização.

§ 1º - A auditoria visa a avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

§ 2º - A fiscalização visa a comprovar se o objeto dos programas de governo corresponde às especificações estabelecidas, atende às necessidades para as quais foi definido, guarda coerência com as condições e características pretendidas e se os mecanismos de controle são eficientes”.

Assim, o Controle Interno da Instituição subsidia o exercício da direção, o aperfeiçoamento da gestão pública quanto à formulação, planejamento, coordenação, execução e monitoramento, subsidiando ainda os sistemas de gestão (planejamento, orçamento, finanças, contabilidade e administração).

5. A Equipe de Auditoria

Alexandre Alberto Gonçalves da Silva	Auditor Interno
--------------------------------------	-----------------

A AudIn está sendo implantada na UFABC em conformidade com o Decreto 3591/00, que preceitua:

- Art. 14. As entidades da Administração Pública Federal indireta deverão organizar a respectiva unidade de auditoria interna, com o suporte necessário de recursos humanos e materiais, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle.

Sob esta ótica, a Auditoria tem seu espaço físico localizado no 6º andar do prédio da Administração, na Rua Catequese, tendo condições de abrigar 02 servidores.

Inicialmente, contando apenas com um servidor, ou seja, apenas um Auditor de carreira, admitido por concurso público, tendo entrado em exercício em agosto de 2006, e tendo inicialmente exercido suas atividades junto à Procuradoria da Instituição, no prédio que existia nas antigas instalações da Rua Santa Adélia.

Posteriormente, após a mudança para o espaço da Rua Catequese, a Auditoria passou a ser subordinada à Pró-Reitoria de Administração e atualmente está subordinada à Chefia do Gabinete.

O maior desafio da Auditoria passou a ser então o de nortear suas ações, tendo em vista que a Universidade é uma instituição totalmente nova, tanto na questão de sua própria existência física, como na questão de seu perfil institucional, conforme mencionado anteriormente.

Assim, foi elaborado um “Projeto de Coordenação da Auditoria Geral na Universidade Federal do ABC”, ao qual foi apresentado ao Pró-Reitor de Administração, e posteriormente ao Chefe de Gabinete, a fim de delinear o papel da Auditoria dentro da Instituição.

O Projeto, que propõe a introdução da Auditoria no Regimento Geral, também apresenta uma proposta de Regimento Interno da Auditoria Geral, definidor do papel da Auditoria em face da Instituição, está aguardando manifestação da Reitoria para sua implementação.

No decorrer dos anos de 2006 e 2007, foram realizadas visitas técnicas em outras Universidades Federais, como por exemplo, a Universidade de Minas Gerais, a Universidade Federal de Santa Catarina, e o Centro Federal Tecnológico de São Paulo, onde foi possível observar *in loco* as atividades realizadas pelas Auditorias das respectivas Instituições, assim como a inserção daquelas nos respectivos contextos institucionais.

Assim, ainda em fase de formação de equipe e metodologia adequadas a esta Instituição nova, que também está em fase de formação, é que, em conformidade com o decreto 3591/00 e com as instruções normativas 07, de 29 de dezembro de 2006 e 01, de 03 de janeiro de 2007, elaboramos o presente Plano.

5.1. Orçamento da Unidade de Auditoria Interna

Para o exercício de 2007, o orçamento previsto é de R\$10.000,00 (nove mil reais), nos seguintes elementos:

- Diárias	R\$2.500,00
- Passagens	R\$2.500,00
- Treinamentos	R\$3.500,00
- Livros	R\$1.500,00

5.2. Período de Exame

De 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008. Neste período, executará a programação correspondente a um total de 1.816 horas disponíveis, já descontados os sábados, domingos, feriados e os dias em férias.

A Unidade de Auditoria Interna dará assistência necessária aos auditores da CGU e TCU, quando de suas visitas à Instituição, bem como acompanhará as recomendações efetuadas pelos mesmos, informando seus resultados aos órgãos competentes.

6. Fatores Considerados na Elaboração do PAAINT

A planificação dos trabalhos de auditoria foi pautada nos seguintes fatores:

- efetivo de pessoal lotado na auditoria interna;
- materialidade baseada no volume da área em exame;
- observações efetuadas no transcorrer do exercício.

A descrição dos trabalhos de Auditoria que serão realizados no exercício de 2007, conforme os ANEXOS I, II, III e IV.

7. Considerações Finais

Após o término de cada auditoria realizada, seus resultados serão levados ao conhecimento dos Pró-Reitores diretamente envolvidos para que tomem as providências necessárias e, caso os apontamentos mencionados não sejam solucionados de forma e no tempo hábeis, estes serão incluídos no Relatório de Atividades de Auditoria Interna – RAAINT – para, em seguida, ser encaminhado ao Chefe de Gabinete.

Os trabalhos da Unidade de Auditoria Interna serão precedidos por uma correspondência denominada COMUNICAÇÃO DE AUDITORIA em que constará o período de execução dos trabalhos e a coordenadoria a que serão submetidos os trabalhos desta Unidade e, em anexo, Programa de Procedimentos de Auditoria.

Se antes ou durante o desenvolvimento dos trabalhos de campo houver necessidade de solicitação de documentos, informações, justificativas e outros assuntos relevantes, será encaminhado um formulário denominado SOLICITAÇÃO DE AUDITORIA.

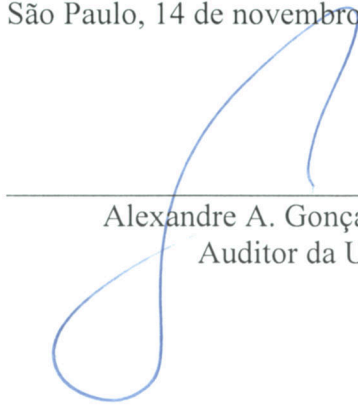
O relatório emitido pela Unidade de Auditoria Interna será encaminhado ao Chefe de Gabinete.

Ao longo do exercício, o cronograma de execução dos trabalhos poderá sofrer alterações em função de algum fator que prejudique a sua realização na data estipulada, tais como: trabalhos especiais, atendimento ao TCU, CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO e ao CHEFE DE GABINETE.

8. Conclusão

Ressalte-se que o objetivo da auditoria tem caráter preventivo e de assessoramento para orientar, acompanhar, normatizar, controlar e relatar, de forma independente os atos de gestão.

São Paulo, 14 de novembro de 2007.



Alexandre A. Gonçalves da Silva
Auditor da UFABC

ANEXO I

PLANO DE ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA - PAAINT

ENTIDADE: Fundação Universidade Federal do ABC

EXERCÍCIO: 2008

Nº	I DESCRIÇÃO SUMÁRIA	II ÁREA	III OBJETIVOS	IV TIPO	V LOCAL	VI PERÍODO DE EXECUÇÃO		VII ESCOPO DO TRABALHO	VIII FORMA
						DIAS	H/H		
01	AJUDA DE CUSTO	GESTÃO DE PESSOAS	Comprovar a legalidade na concessão de Ajuda de Custo a servidores.	AUDITORIAS OPERAC. E CONTÁBIL	UNIDADE CATEQUESE	18	144	Avaliação dos aspectos de legalidade e legitimidade no gerenciamento dos recursos humanos.	DIRETA
	AUXÍLIOS SECURITÁRIOS		Confirmar a legalidade, eficiência e eficácia na concessão de benefícios securitários, classificados como auxílios na entidade: Auxílio Natalidade e Auxílio Funeral						
02	AVALIAÇÃO DE GESTÃO	CONTROLE DE GESTÃO	Analisar se o Relatório de Gestão guarda conformidade com os pressupostos legais; Avaliar se a Unidade está atingindo os objetivos e cumprindo as metas estabelecidas no plano de ação ou planejamento; Avaliar se os objetivos e as metas guardam conformidade com a missão institucional; Avaliar adequação/legitimidade dos gastos realizados no período ao orçamento aprovado; Avaliar os resultados alcançados quanto aos aspectos de economicidade, eficácia e eficiência da gestão dos recursos de que dispõe o gestor. Verificar os dados e informações da prestação de contas anual.	AUDITORIA DE GESTÃO	UNIDADE CATEQUESE	20	160	-Verificação quanto ao atendimento às exigências da IN/TCU Nº 12/96; -Avaliação do cumprimento das metas e aferição da eficiência, eficácia, economicidade e qualidade da ação administrativa; -Análise das formalidades legais na composição do processo de prestação de contas; -Exame e emissão de parecer sobre a prestação de contas anual.	DIRETA
03	ATENDIMENTO AOS AUDITORES DA CGU/SP ASSESSORAMENTO TÉCNICO RESERVA TÉCNICA		Dar assistência necessária aos auditores da CGU e TCU; Esclarecer os questionamentos comuns ao universo público da Instituição.	AUDITORIA OPERACIONAL	UNIDADE CATEQUESE	108	864	Acompanhamento das diligências de Auditoria de Acompanhamento de Gestão e Avaliação de Gestão; Acompanhamento das falhas apontadas em Relatórios de Auditorias Externa., buscando soluções junto aos setores envolvidos para saná-los.	DIRETA
04	FÓRUM		Participar do Fórum Nacional dos Auditores Internos das Instituições Federais Vinculadas ao MEC- FONAI/MEC.	ENCONTRO	25-28/04 – GOIÂNIA/GO E OUTUBRO- 6 de 2010/12	10	80	Intercâmbio com outras Instituições de Ensino; Palestras ministradas objetivando o aprimoramento profissional.	DIRETA
05	TREINAMENTO		Aprimorar o desenvolvimento técnico das atividades inerentes à Auditoria Interna. Viabilizar a realização de etapa complementar à formação de auditores do MEC com a finalidade de fornecer subsídios técnicos na área de planejamento e gestão organizacional que deverão otimizar e inovar os resultados das atividades de auditoria interna	CURSO	UNIDADE CATEQUESE	71	568	Continuação do Curso de Auditoria Interna - Gestão Estratégica para auditores do MEC. Complementação do Curso de Auditoria Interna - Gestão Estratégica para auditores do MEC.	DIRETA
TOTAL GERAL						227	1816		

São Paulo, 27 de novembro de 2007.

ALEXANDRE A. GONÇALVES DA SILVA
AUDITOR

ANEXO II
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES – PAAINT/2008– UFABC - SP

N.º. ORDEM	TIPO DE ATIVIDADE	UNIDADE ENVOLVIDA	UADIN	PERÍODO	DIAS ÚTEIS	TOTAL DE HORAS
01	AJUDA DE CUSTO	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO	01	JULHO	18	144
	AUXÍLIOS SECURITÁRIOS					
02	AVALIAÇÃO DE GESTÃO	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO	01	FEVEIRO	20	160
03	ATENDIMENTO AOS AUDITORES DA CGU/SP	UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	01	MAIO	15	120
	ASSESSORAMENTO TÉCNICO E RESERVA TÉCNICA			MAR/ABR/MAI/JUN/JUL/AGO/SET/OUT/NOV/DEZ	93	744
04	FÓRUM	UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	01	JUNHO/DEZEMBRO	10	80
05	TREINAMENTO	UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	01	MAR/ABR/MAI/JUN/JUL/AGO/SET/OUT/NOV/DEZ	71	568
TOTAL					227	1816

ANEXO III
CRONOGRAMA ANUAL – PAAINT/2008 – UFABC - SP

N.º. ORDEM	TIPO DE ATIVIDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
01	AJUDA DE CUSTO	0	0	0	0	0	0	144	0	0	0	0	0	144
	AUXÍLIOS SECURITÁRIOS													
02	AVALIAÇÃO DE GESTÃO	0	0	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	160
03	ATENDIMENTO AOS AUDITORES DA CGU/SP	0	0	0	0	120	0	0	0	0	0	0	0	120
	ASSESSORAMENTO TÉCNICO E RESERVA TÉCNICA	0	0	28	0	0	64	40	84	88	92	80	64	744
04	FÓRUM	0	0	0	0	0	40	0	0	0	0	0	40	80
05	TREINAMENTO	0	136	108	168	24	64	0	84	88	92	80	64	320
Total		0	136	160	168	144	168	184	168	176	184	160	168	1.816

ANEXO IV
CARGA HORÁRIA DO TITULAR – PAAINT/2008 – UFABC - SP

MÊS	DIAS ÚTEIS	HORAS	TITULAR	TOTAL/ HORAS
JAN	00	08	01	00*
FEV	17	08	01	136*
MAR	20	08	01	160
ABR	21	08	01	168
MAI	18	08	01	144
JUN	21	08	01	168
JUL	23	08	01	184
AGO	21	08	01	168
SET	22	08	01	176
OUT	23	08	01	184
NOV	20	08	01	160
DEZ	21	08	01	168
Total	227			1816

* FÉRIAS DO EXERCÍCIO DE 2008